

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao vigésimo nono dia do mês de Abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, conforme Resolução 075/2020, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os conselheiros: representantes Governamentais: Kelly Letchakowski (SEJUF), Edson Belo Clamente de Souza (SETI), Danilo Peres Buss (SECC), Luciane Taline da Costa (SEJUF/DAS), Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Rosane Souza Freitas (SESA) e Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP). Representantes da Sociedade Civil: Andressa Gongora Barboza (ARAS), Jocasta Flávia Karoleski Martins (ALDEIAS INFANTIS SOS), Deusa Gisely Teixeira Rodrigues (CÁRITAS LONDRINA), Fabrícia Laís Pigaiani (CÁRITAS LONDRINA), Marcia Terezinha Ponce (CÁRITAS REGIONAL PR), Renato de Souza Paulo (CAEBE), Rima Awada Zahra (CRP), Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP), Juliana Mara da Silva (CRESS), Elizete Sant’Anna (PASTORAL MIGRANTE), Maria de Lourdes Bernatt (PASTORAL FRANCISCO B.). Convidados e Participantes: Vistor Jasper, Cláudia (OIM), Luana Lubke (Residente TEC. DAS/SEJUF), Isabella Traub (MP/PR), Gabriela Teixeira (CRP), Andrea Vianna, Luiza Gagliard, Claudia Anjos (OIM/PR), André Martini (Cártilas Regional PR), Julia, Ediane de Paula Machado (CÁRITAS LONDRINA), Gabriela Nogarolli (MP/PR), Natalia Ferreira (SEDEST), Aieda Muhieddi (Comissão de Direitos Humanos - OAB), Fatima Yokohama, Izabel Nekel (PUC-PR e AMIM), Ana Bela (CEIM), Jane Vásquez (SEJUF/DEDIF), Graziella Molina (Residente Téc. SEJUF/DEDIF). **1. Abertura:** visualizado quórum, a presidente deu início à reunião saudando a todos os presentes. **2. Apreciação e Aprovação da Pauta:** pauta aprovada, com suas inclusões acomodadas no ponto “Informes”. **3. Aprovação da Ata de Março de 2021:** para as futuras atas, a conselheira Elizete solicitou que se visualize e se assinale corretamente qual comissão a SETI integra, haja vista o desencontro de informações a esse respeito. O conselheiro Renato pediu que na ata de Março se ajuste o nome do conselheiro Pastor Marcos Calixto, o qual fora assinalado de maneira equivocada. A conselheira Kelly, de forma semelhante, pediu que sua citação na ata fosse ajustada, não se referindo a ela como “servidora” Kelly, como conselheira Kelly, afinal. Por fim: ata aprovada com os ajustes supracitados. **4. Relato das Comissões:** Gabriela Teixeira e a conselheira Rima apresentaram o ponto de pauta. Gabriela explanou alguns ajustes realizados, sendo Abril o mês de retorno das comissões, além da troca da Secretaria Executiva. Disse que foram confirmados todos os conselheiros que compõem cada Comissão, criando-se canais de comunicação específicos para cada uma dessas comissões – onde estão, evidentemente, seus integrantes; por isso, solicitou

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

que apontem a existência de qualquer erro, se houver, para que possam ajustar; e ainda justificou que os equívocos decorridos anteriormente deram-se pelo fato de que a SEC teve acesso a duas listas distintas, que se confundiram entre si. A conselheira Andressa somente pediu maior identificação dos conselheiros dentro desses espaços de comunicação, pedindo que se apresentem, a fim de que seja possível distinguir e identificar as organizações e secretarias ali presentes, pedido também clamado por demais conselheiros de outras comissões; também informou que já se realizou uma reunião, enquanto a próxima está marcada para o dia 04/05/2021, para a qual pediu participação de algum representante da Mesa Diretiva. Os conselheiros, de forma geral, expressaram estar de acordo com o meio de comunicação direta que estão utilizando, através do WhatsApp, mas que não se substitui o e-mail para informações e repasses oficiais e gerais. A conselheira Andressa solicitou que se envie por e-mail a composição final das comissões; pedido acatado. Rosilene, do Ministério Público, solicitou que seja destinado a ela o convite para o GT do Plano Estadual, pois o MP requereu estar presente, como acompanhante, mas sua participação ainda não fora concedida; Gabriela entrou em contato com ela, e a situação se resolveu; a Presidente ainda esclareceu que o GT se encontra em formação por enquanto, por isso Rosilene ainda não teria recebido convite oficial. Fechando a parte organizacional do Relato, Gabriela ainda expressou que se enviará, junto ao documento de composição, um modelo de relatoria das comissões, haja vista a necessidade de relatório detalhado das reuniões em consonância à realização no formato presencial. **Relatório: Comissão de Comunicação e Eventos:** a conselheira Andressa disse que a comissão se reuniu na terça-feira, dia 27/04/2021, onde se fizeram presentes os representantes das seguintes entidades: CAEBE, Cáritas Maringá e a SECC; a conselheira disse que a reunião foi proveitosa e produtiva e que produziu boas propostas, mas que carecem de amadurecimento; para tal, realizou outra vez o convite à Mesa Diretiva de participação na próxima reunião, a fim de se visualizar as possibilidades de ação; a data pré-agendada para a próxima é no dia 04/05/2021, às 14h, mas que pode ser alterada conforme possibilidade da Mesa Diretiva; Danilo complementou dizendo que não se levou à reunião nenhuma proposta concreta pela necessidade de maior tempo para ajustar as ideias visualizadas, fortalecendo estas para a próxima reunião ordinária; a presidente pediu que se encaminhe ao e-mail da Mesa Diretiva a solicitação de data. **Comissão de Denúncias e de Garantia de Direitos:** Quanto à Nota Técnica, a presidente questionou se haveria a possibilidade de enviá-la a todos os conselheiros; responderam que a Nota Técnica foi pensada por conta do episódio da menina venezuelana que a família estava em Sarandi, sendo seu documento,

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

especificamente, uma informação técnica; portanto, o caráter da Nota Técnica é definir orientações gerais para o atendimento de crianças e adolescentes migrantes desacompanhados ou separados de suas famílias, mas o caso específico descrito tem seus documentos em sigilo. A presidente, portanto, definiu pela circulação da Nota Técnica aos conselheiros, a fim de que estes possam visualizá-la; após a leitura, os conselheiros apresentam suas contribuições à comissão por email e na próxima reunião ordinária aprova-se a Nota na íntegra; aprovado, e a conselheiro Glória solicitou ainda que neste seja incluída a determinação a respeito do sigilo necessário tratando-se de crianças. Carece-se de aprovação apenas acerca do caso de Sarandi, estritamente, do qual a sugestão da Comissão é: que seja protocolado ofício e enviado para a área técnica da SEJUF, dpto. Do Trabalho. **Comissão da Gestão da Informação:** Isabella, mesmo como convidada, foi imbuída da missão de relatora, haja vista a ausência dos relatores e/ou relatoras oficiais; portanto, ela realizou a leitura do documento: a comissão se reuniu no dia 23/04/2021 às 10h, por videoconferência; fizeram-se presentes as representações das entidades: SETI, Pastoral dos Migrantes, Cáritas Londrina, MP/PR e PUC/PR. A reunião teve início com a explanação acerca de alguns questionamentos internos da SETI e da Cáritas Londrina referente às suas representantes perante o CERMA, considerando instabilidade do exercício do conselheiro Edson Bello, já que o representante titular de sua entidade não está mais na SETI, portanto, Edson estaria ainda aguardando informações a respeito da sua permanência no Conselho, mas sem respostas; já a conselheira da Cáritas, a Fabrícia, informou que não está mais trabalhando com a temática migratória em sua instituição, portanto, precisará solicitar a substituição. Quanto às atividades a serem realizadas pela comissão em 2021, houve questionamento acerca da criação do GT sugerido na última plenária, pois esta teria as mesmas atribuições da comissão, gerando um conflito ou sobreposição – assim, sugere-se à plenária do CERMA uma forma de delinear a estrutura organizacional de todas as comissões e grupos de trabalho, constando os nomes de quem participa de cada uma delas, tendo em vista os conflitos de informação e de atividades que são desempenhados por cada um deles, e como forma de evitar trabalho duplo, o que seria proveniente também de falhas de comunicação. Como ações a serem desempenhadas pela comissão ao longo de 2021, debateu-se sobre a importância de políticas migratórias nas Universidades do Estado do Paraná, tendo em vista a alta demanda e a importância da inserção universitária de migrantes e refugiados, assim fora sugerido um levantamento de informações e dados juntos às Universidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná quanto às políticas migratórias voltadas ao acesso ao superior, pós graduações, cursos de língua portuguesa, dentre outras atuações; a comissão

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

encaminhou como necessário esse levantamento de informações e dados, como forma de: 1) obter dados acerca do acesso de migrantes e refugiados no Ensino Superior, 2) articular a atuação das universidades no Estado do Paraná com fim de criar um apoio e auxílio de mútuo e diálogo de boas práticas, 3) divulgar informações quanto às atividades disponibilizadas aos migrantes para migrantes e refugiados, garantindo de fato o acesso a essa informação, 4) a criação de uma rede articulada para ampliação das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior e compartilhamento de boas práticas e 5) o diálogo com os representantes do Gov. do Estado para visibilidade da temática e articulação de políticas públicas. A comissão sugere que o levantamento de dados e informações seja feito via formulário digital, a fim de que atinja todas as universidades do Estado. Nesse sentido, ainda, a comissão informou da situação que pediu refúgio, chegando este ao porto de Paranaguá na sexta feira dia 16/04/2021: a comissão entende a importância de levar a situação ao CERMA, tendo em vista a oportunidade de se levantar novas informações. Encerrado o relato, a presidente informou que a primeira parte, sobre a organização, já fora segmentada, e esta será enviada por e-mail; já em relação ao levantamento informacional das universidades, a presidente exprimiu considerar neste grande importância, mas questionou quem se encarregará dele, do qual a comissão respondeu que ficaria responsável por todo o mapeamento e levantamento de dados de informações – aprovado pelo CERMA, com a presidente ainda esclarecendo que a mesa diretiva concederá respaldo a qualquer necessidade em relação a envio de documentos e afins. Já quanto ao menino que desembarcou no porto de Paranaguá, a presidente expôs que o CERMA solicitou ao MP uma prorrogação no prazo de resposta ao ofício no qual se solicitaram informações, mas ainda esclareceu que o que houve de encaminhamento ao conselho dizia respeito ao acolhimento, questionando se poderia realizar o acolhimento institucional do menor; para tal, solicitou-se apoio da DAS, a fim de se conhecer as possibilidades, e depois, afinal, haver escopo para responder ao MP. De forma geral, a presidente disse que se tem tentado com frequência estabelecer diálogo com o município de Paranaguá para lidar da melhor forma com a questão da entrada de migrantes pelo porto, com a tentativa inclusive de criar um protocolo de acolhimento e apoio, já que acontecem situações similares quase que diariamente – e que na maioria das vezes não chegam ao conhecimento do conselho; por isso, apontou a necessidade eminente de avaliação da questão da retomada de diálogo com o município, com uma estrutura de contato formalizada e especializada; a presidente esclareceu ao conselho que existiria ainda, no próprio porto, determinações legais de acolhimento e manutenção de tais pessoas “clandestinas” que chegariam pelos navios, contando com recursos

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

financeiros em um fundo que deve manter as pessoas asseguradas até que o caso seja solucionado, e disse que tais questões devem ser levadas em conta para o conselho não assumir responsabilidades que estão além dele. A Luciane, do DAS, disse que o protocolado do caso será respondido prontamente assim que chegar ao departamento, observando-se sua urgência, assim como será estabelecido contato com o ER de Paranaguá para ele conceder apoio neste e em demais casos similares. A conselheira Elizete desculpou-se pelo o que expressou ter sido uma falha enquanto conselheira quando, ao receber o representante do MP, no diálogo sobre o assunto, não havia compreendido, ou não repassou ao conselho, que a empresa marítima haveria assumido responsabilidade sobre o acolhimento do menino – e em boas condições, segundo o próprio MP e o Conselho Tutelar; portanto, haveria uma falha de comunicação dentro do processo, já que ocorreu o entendimento do CERMA de que se necessitaria conceder o acolhimento em Curitiba. Já o Dr. Marquês questionou, através do chat, se não seria recomendável convidar a Polícia Federal para integrar o CERMA, sabendo-se que esta lida com casos de migração; a presidente respondeu que já se tentou realizar o diálogo diversas vezes, mas que a PF só participou de uma reunião do conselho, como convidada; entretanto, para o caso estritamente, a presidente disse que deveria ser realizado convite à PF de Paranaguá para estar presente na reunião quando houver diálogo com o Município, lidando com a presença de migrantes no território. Já o conselheiro André disse que fez contato com o Assessor do Promotor Diogo, o Fernando, e este o comunicou que já foi realizada a entrada da ação envolvendo o assunto que se está discutindo, e que agora se aguarda a entrada do juízo para definir qual será o próximo passo do caso; até lá, o menino permanece em lugar seguro, sendo avaliada constantemente se as suas necessidades básicas estão sendo sanadas com qualidade; André ainda disse que o assessor de promotor realizou pedido à Cáritas que assinale qual é a função da entidade, conhecendo-se os passos que devem ser seguidos em casos similares, pois, segundo o assessor de promotor, haveria sido a primeira vez que este tipo de caso com criança aconteceria; expressou também que a Defensoria Pública está acompanhando a questão, assim como a própria Cáritas. Assim, a presidente propôs ao conselho que se encaminhe convite aos atores do caso de Paranaguá para participação em reunião do CERMA, por meio de videoconferência: encaminhamento aprovado. **Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** Gabriela Teixeira expressou que por esta comissão estar voltada para as questões do GT do Plano Estadual, ainda não houve reunião, haja vista a necessidade de constituição do Grupo; mas informou que fora realizado o grupo com as pessoas que se colocaram à disposição na última reunião do CERMA, iniciando-se o movimento de

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

organização. Disse aos representantes da SESA que estes fazem parte de tal comissão. **5. Relato do GT Nova Esperança – Avaliação do Evento:** Isabela relatou que o evento aconteceu na semana anterior à da reunião do CERMA de Abril. Disse que o evento contou com a presença de diversos atores, e expressou que o extrato da realização fora bem proveitoso, considerando ter sido esta a primeira vez que se trabalhou dentro do conselho simultaneamente com temas como ocupações, direito à moradia e imigração, haja vista ainda a participação de instituições que também nunca haviam lidado com o tema; por isso, a importância do evento. Expressou que o evento alongou-se mais do que o imaginado, o que apontou uma necessidade de reduzir o número de convidados, mas, sobretudo, o mais relevante fora ouvir cada uma dessas entidades e entender o que cada organização faz com relação à temática e, a partir do conhecimento do todo, torna-se possível construir algo efetivo. Isabela disse que um apontamento ofertado pelo Dep. Goura, e que deve servir de encaminhamento ao conselho, é com relação à manifestação positiva acerca do PL 340/2018, para inserção de imigrantes, refugiados e apátridas no Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Paraná; pediu encaminhamento de carta à ALEP para que o PL possa existir e esse extrato populacional conte com mais essa forma de apoio financeiro. Feitas as considerações, registrou-se ainda o problema de algumas falhas de comunicação com relação aos convites feitos aos palestrantes, com um problema, inclusive, maior, pois alguns desses atores foram usados para divulgação do evento, mas disseram que nem ao menos haviam sido convidados. Fora isso, Isabela disse que o evento foi proveitoso e deve seguir sendo concebido para se pensar em ações para a população migrante que muitas vezes é marginalizada. A SEC. disse que não foi possível estabelecer contato com o Dep. Goura e, posteriormente, seu nome não fora retirado do banner por um equívoco. Para que problemas de comunicação como os descritos no ponto de pauta não voltem a acontecer, a presidente sugeriu atenção na delegação de funções do GT. A presidente registrou outra sugestão do Dep. Goura em relação ao PL: o convite ao presidente da mesa da ALEP para uma conversa para pedir agilidade da pauta que compõe a PL; assim o encaminhamento é que o GT, junto à mesa diretiva, procure o agendamento de uma reunião online. O fortalecimento do GT também deve expandir os assuntos do grupo, já que este não se limita mais à ocupação Nova Esperança, mas que deve, afinal, pensar as ocupações de maneira geral, lidando com o direito à moradia ampliadamente, disse a presidente; de onde parte outro encaminhamento do deputado, acerca da participação do CERMA na conferência popular de habitação para Curitiba e RMC. Gabriela Teixeira sugeriu, adiante, que se emita um comunicado, uma carta de pedido de desculpas e de agradecimento, aos convidados que não

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

tinham recebido o convite formalizado, afinal, e os que não receberam uma melhor explanação da proposta; para tal, a SEC. Jane tinha ficado de redigir uma Minuta que seria avaliada e enviada pelo GT. Outra questão exposta pela Gabriela é a da carta à ALEP. Para ambos, propôs uma reunião do Grupo. Ediane, da Cáritas Londrina, pediu a palavra e salientou que o conselho poderia pensar também a questão da moradia a nível estadual, podendo descentralizar o assunto no futuro. **6. Procedimento em Relação a Migrantes Desaparecidos:** Elizete, solicitante do ponto de pauta, explanou: disse que chegou um relato à Pastoral do Migrante a respeito de um migrante haitiano que chegou em Curitiba acompanhado de um migrante venezuelano e, segundo o relato, o rapaz desapareceu. Seus documentos estão sob posse do migrante venezuelano que o acompanhava. Mas, sem sugestões de encaminhamentos e aguardando-se novas informações, a conselheira disse que propôs o tema para que se atente a realidades como esta. A presidente exprimiu considerar grande relevância no assunto, e propôs que se avalie a qual comissão se deve direcionar o assunto para lidar, de fato, com o desaparecimento, assim como pensar em estratégias. O conselheiro Marquês narrou ainda outro fato, sobre o desaparecimento e localização de um migrante advindo da Costa do Marfim, e disse, com sua experiência, pode auxiliar no tema. **7. Apresentação do Projeto OMS/TB/BRICS/UFES:** A conselheira Kelly, solicitante da pauta, apresentou a professora Paula Freitas, presente na reunião, que foi quem esteve à frente do projeto da OMS para os países do BRICS, do qual o Brasil é um integrante; logo, passou a palavra a ela. A professora do Dpto. De Enfermagem da UFES saudou a todos e abordou o assunto em voga: disse que a covid potencializou algumas problemáticas e, no caso, tratou de um assunto que se circunscreve nos temas do CERMA. Exibiu, então, uma apresentação acerca do projeto financiado pela OMS que lida com o acometimento da tuberculose, da qual exprimiu ser uma doença negligenciada e ligada à pobreza; por tanto, no caso dos migrantes, faz-se necessário entender o impacto da tuberculose nos migrantes, os serviços aos quais têm acesso, e a necessidade de rastreamento dessas pessoas, a fim de introduzir políticas que não permitam que a tuberculose se torne uma infecção ativa na sociedade. Portanto, os migrantes, na perspectiva da tuberculose, são grupos de risco prioritários (assim como na pandemia). O nome do projeto é “Tuberculose e Migrante nos Países do BRICS”, cujo objetivo é fortalecer os cuidados iniciais dos migrantes para que seja possível perceber modelos de atenção e proteção social. Apresentou o fluxograma do projeto, que conta com um processo entrevistador que abordou mais de 400 pessoas, além de realização de teste de contato com a doença – uma espécie de sinal de alerta, que sinalize a grande possibilidade de desenvolver a infecção diante de

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

qualquer problema imunológico; extraídas as informações, se o teste apresentar sinal positivo, o paciente já inicia tratamento imediato na unidade básica de saúde . A respeito especificamente do fluxograma de Curitiba, disse que o objetivo era de lidar com 35 migrantes, no mesmo processo: ao final, realizaram-se 52 entrevistas, do qual apenas 32 retornaram para as etapas seguintes (já evidenciando um problema mesmo que se fornecesse os custos para tal); contudo, pôde-se visualizar um número expressivo de testes que deram positivo, com uma reação exacerbada – no caso, 30% dos testados; a preocupação, evidentemente, é do desenvolvimento da doença dentro da pandemia, já que a covid-19 pode fazer com que a imunidade caia, incutindo na formulação da tuberculose e acometendo a pessoa com mais de um problema grave. Outra questão salientada fora a da vulnerabilidade social, haja vista que a maioria dos entrevistados ou estava desempregado ou trabalhavam na informalidade (que foi duramente afetado pela pandemia), e umas das condições de baixa imunidade é a privação alimentar, oferecendo à doença mais oportunidades de manifestação. Também expôs sobre a dupla-proteção que precisa ter a pessoa que acolhe o migrante no processo, tanto para a tuberculose quanto para a covid-19; assim, a recomendação com enfermeira é a utilização da máscara PFF2 de filtragem reconhecida pela ANVISA, considerando as grandes chances de o paciente estar assintomático das duas doenças. Expressou, afinal, que o objetivo da reunião é o de pensar em formas de exames de triagem dos migrantes assim que estes chegam em uma região, sugerindo até que este esteja vinculado a demais benefícios sociais aplicados, a fim de oportunizar o tratamento adequado a estas pessoas e seus familiares. Por fim, agradeceu a acolhida de Curitiba e aos que estiveram envolvidos no processo. A presidente do conselho pediu à professora que disponibilize a apresentação aos conselheiros, a qual a Paula atendeu prontamente; também solicitou que seja enviado e-mail aos conselheiros contendo os dados mais a fala sobre a necessidade de melhor proteção individual, considerando que os agentes da assistência social precisam lidar com as pessoas presencialmente. A conselheira Kelly disse que já recebeu o material, que expressou ter ficado excelente, uma revista em PDF tratando de todo o Brasil. **8. Apresentação SESA:** a conselheira Lucimar introduziu ao ponto de pauta recordando sobre a provocação que o motivou, acerca dos feitos da Secretaria durante a pandemia. Iniciou dizendo que não havia nem mesmo a noção de que o início de 2021 seriam os piores meses da pandemia, constituindo um grande cenário de guerra. Informou que a SESA de início havia construído um plano de contingência da pandemia, encaminhando o link https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/Plano%20de%20Contingencia%20Covid%202023.03.21%20FINAL.pdf.

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Expressou que se procurou garantir o acesso intersetorial preservando a saúde de comunidades vulneráveis, onde foi destacada a população migrante. Portanto, trabalhou-se na perspectiva de estimular os municípios através das 22 regionais de saúde quanto a essa população que, exprimiu, merece ainda mais ser cuidada dentro do contexto pandêmico. Disse que se buscou estabelecer um recorte, em mapeamento, dos migrantes, mas esclareceu que a vastidão e confusão de informações deflagra na necessidade de priorizar alguns dados, contando com sistemas de informações extremamente robustos. Para os profissionais de saúde que atuam na ponta, informou que quem concebe as determinações são os municípios, especialmente no que concerne à atenção primária; portanto, para se garantir alguns dados epidemiológicos, que concebem novas estratégias de enfrentamento, é preciso discernir e priorizar informações. Passou aos conselheiros o boletim epidemiológico: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-04/informe_epidemiologico_29_04_2021.pdf, onde constam informes sobre a doença e sobre determinados recortes para os quais se conseguiu assegurar priorização de atendimento – a nível estadual e federal. A presidente ainda alertou para os cuidados quanto aos tratos desse grupo, pois muitos têm medo de dizer que estão com sintomas para não serem criminalizados como veiculadores da doença, haja vista que a carga de preconceito destinada a eles já é grande. **9. Informes:** a conselheira Kelly passou os informes da SEC, auxiliando a Secretária Executiva que teve problemas com seu áudio: nenhuma justificativa de ausência; em substituições, na representação da Pastoral do Migrante está em trâmite a entrada da Nadine; há as correspondências da Maria Tereza Rosa, relato do caso de denúncia, assim como há a solicitação ao CERMA, resposta da SESA – já foi enviada por e-mail, um ofício do TJ/PR de Paranaguá e o protocolo de Sarando – todos enviados por e-mail e tratado nas comissões. Seguiu-se adiante nos informes. A conselheira Andressa informou sobre a articulação com seu município para a constituição do Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, que teve conversas iniciadas em 2020; à época, o prefeito de Maringá havia constituído um comitê para tratar da minuta da lei a fim de obter aprovação na Câmara, mas que tudo teve que parar com a pandemia; portanto, agora, em 2021, a situação fora retomada no meio do ano passado, após reeleição do prefeito; o trabalho agora segue e está na Câmara dos Vereadores para aprovação; aguarda-se novidades até a próxima reunião ordinária do CERMA. Posteriormente, a palavra passou ao conselheiro Alisson, que informou que está aberto o processo internacional da UNILA, que ocorre todo ano, com 708 vagas para imigrantes diversos; mais informações no site, onde se encontra o edital: <https://portal.unila.edu.br/proint/selecao-internacional/processo-seletivo->

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

[internacional-psi](#). Por fim, a palavra passou à Cláudia: a nova coordenadora de projetos da OIM se apresentou, e disse que está sediada em Curitiba e operando de modo remoto; colocou-se à disposição do conselho.

Encerramento: após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha, e revisada pela Secretaria Executiva Jane Vasques do DEDIF/SEJUF.

Encaminhamentos: **3. Aprovação da Ata de Março de 2021:** - Correções na ata: alteração no nome do Pastor Marcos Calixto e nas citações da conselheira Kelly. **4. Relato das Comissões:** - Solicitação envio da composição geral das comissões para a Gabriela; - Envio de convite à mesa diretiva para reunião da Comissão de Comunicação e Eventos; - Envio da Nota Técnica da Comissão de Garantia de Direitos para todos os conselheiros, a fim de que contribuam e esta seja aprovada na sequência, na próxima ordinária. Solicitou que se observe o sigilo necessário dos documentos, tratando-se de crianças; - Aprovação para o caso de Sarandi, estritamente, do qual a sugestão da Comissão é: que seja protocolado ofício e enviado para a área técnica da SEJUF, dpto. Do Trabalho; - Pedidos da Comissão de Gestão da Informação de informações e dados às Universidades. - A presidente propôs ao conselho que se encaminhe convite aos atores do caso de Paranaguá, envolvendo criança migrante que chegou na cidade pelo porto, para participação em reunião do CERMA, por meio de videoconferência. **5. Relato do GT Nova Esperança – Avaliação do Evento:** - Apontamento ofertado pelo Dep. Goura com relação à manifestação positiva acerca do PL 340/2018, para inserção de imigrantes, refugiados e apátridas no Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Paraná; pediu encaminhamento de carta à ALEP para que o PL possa existir e esse estrato populacional conte com mais essa forma de apoio financeiro; - Apontamento ofertado pelo Dep. Goura também em relação ao PL: o convite ao presidente da mesa da ALEP para uma conversa, para pedir agilidade da pauta que compõe a PL; assim o encaminhamento é que o GT, junto à mesa diretiva, procure o agendamento de uma reunião online; - Participação do CERMA na conferência popular de habitação; - Emissão um comunicado aos convidados que não tinham recebido o convite formalizado, afinal, e os que não receberam uma melhor explanação da proposta; para tal, a SEC Jane tinha ficado de redigir uma Minuta que seria avaliada e enviada pelo GT. Outra questão exposta pela Gabriela é a da carta à ALEP. Para ambos, propôs uma reunião do Grupo; **6. Procedimento em Relação a Migrantes Desaparecidos:** - Para mesa diretiva: A presidente expressou considerar grande relevância no assunto, e propôs que se avalie a qual comissão se deve direcionar o assunto para lidar, de fato, com o desaparecimento, e pensar em

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do
Paraná CERMA/PR**

estratégias. **7. Apresentação do Projeto OMS/TB/BRICS/UFES:** - A presidente do conselho pediu à professora Paula que disponibilize a apresentação aos conselheiros. Também solicitou que seja enviado e-mail aos conselheiros contendo os dados, mais a fala sobre a necessidade de melhor proteção individual, considerando que os agentes da assistência social precisam lidar com as pessoas presencialmente.